

## A cobertura do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record* para casos de corrupção envolvendo a Igreja Universal e Marcelo Crivella: uma análise comparativa

Daniel de Souza Brito<sup>1</sup>

Duílio Fabbri Júnior<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo faz uma análise de conteúdo, comparativa da cobertura jornalística do *Jornal Nacional (TV Globo)* e *Jornal da Record (Record TV)* sobre o episódio de escândalo de corrupção no governo do ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos). Como recorte, selecionamos as edições entre 11 e 14 de setembro de 2020, época em que as denúncias se tornaram públicas. A pesquisa se justifica ao considerar que os telejornais brasileiros atuam como importantes ferramentas de construção de sentidos na sociedade. O objetivo do estudo é investigar os pontos distintos nas abordagens assumidas pelos telejornais durante a cobertura do caso. Como resultado, verificam-se que interesses políticos e econômicos de ambas as emissoras influenciaram nos produtos jornalísticos mesmo quando a cobertura tem um caráter político e de evidente interesse público.

**Palavras-chave:** Telejornalismo; *Jornal Nacional*; *Jornal da Record*; Cobertura jornalística.

### Abstract

This article aims a content analysis, comparing the journalistic coverage of *Jornal Nacional (TV Globo)* and *Jornal da Record (Record TV)* on the episode of corruption scandal in the government of the former mayor of the city of Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos). As an outline, we selected the editions between September 11th and 14th, 2020, when the complaints became public. The research is justified by considering that Brazilian newscasts act as important tools for the construction of meanings in society. The aim of the study is to investigate the different points in the approaches taken by TV newscasts when covering the case. As a result, it appears that political and economic interests of both stations influenced journalistic products even when the coverage has a political character and evident public interest.

**Keywords:** Broadcast journalism; *Jornal Nacional*; *Jornal da Record*; Journalistic coverage.

### Introdução

Desde a sua chegada ao Brasil, na década de 1950, a TV tem resistido ao advento de inovações tecnológicas comunicacionais e segue sendo um dos principais instrumentos de informação consumidos pela população. Segundo dados do IBGE de

---

<sup>1</sup> Graduado em Jornalismo pela Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

<sup>2</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestre em Comunicação e Mercado pela Faculdade Cásper Líbero. Graduado em Jornalismo pela PUC-Campinas. Professor e coordenador de cursos no Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta) e no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). Professor na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

2019<sup>3</sup>, 96,3% dos domicílios brasileiros possuem um aparelho televisor. Atuando como um elo de referência ao público, a TV e o telejornal assumem o papel de mediadores, na construção da realidade nacional, na construção de sentidos ao telespectador (BECKER, 2005).

Ao justificar que os jornalistas diariamente “organizam o mundo”, Vizeu (2009) afirma que há uma preocupação pedagógica no jornalismo que se legitima com o lugar de “poder mostrar”, “poder dizer” e de “poder analisar”. Entende-se, portanto, que o telespectador assume um lugar de aprendizado ao consumir os produtos jornalísticos televisionados diariamente.

Ao considerar essa característica, o presente trabalho tem como objetivo analisar discursivamente a narrativa jornalística de um mesmo fato nos dois telejornais de maior audiência da TV brasileira, o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Record*. A investigação compreende três edições dos telejornais exibidas entre os dias 11 e 14 de setembro de 2020, com o objetivo de investigar os pontos distintos nas abordagens assumidas acerca de um episódio de corrupção envolvendo o ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella.

O fato noticioso a ser analisado narra uma denúncia do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), que cita o ex-prefeito da cidade, Marcelo Crivella, e o empresário Rafael Ferreira Alves como protagonistas de um esquema de corrupção na gestão. O parecer, que veio a público em 11 de setembro de 2020, aponta ainda a existência de indícios de que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) estaria sendo utilizada como instrumento de lavagem de dinheiro por meio da administração municipal.

O documento divulgado, com 262 páginas, traz anexado um relatório do Conselho de Atividades Financeiras (COAF) que indica a realização de movimentações milionárias envolvendo a igreja, entre o período de 5 de maio de 2018 e 30 de abril de 2019, com um total de R\$ 5.902.134.822,00.

O fato é um caso de corrupção com origem na gestão municipal da segunda maior cidade do Brasil em termos de população. Entende-se, portanto, que o acontecimento cumpre os critérios de noticiabilidade pressupostos no fazer jornalístico. Traquinas

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em 29 out. 2021.



(2005) parte do princípio de que o valor-notícia responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas.

Os desdobramentos de uma investigação de corrupção envolvendo o gestor de uma cidade findam por impactar na vida e no cotidiano da população do determinado município. Constatada a relevância do fato no âmbito do interesse público, esta análise busca verificar, sob a ótica jornalística e da análise do discurso, a cobertura dada e as narrativas apresentadas nas edições dos telejornais acerca do caso, uma vez que qualquer ato comunicativo envolve a construção de sentidos, pois essa característica é própria da linguagem (BECKER, 2005).

### **Nascimento da TV Globo na Ditadura Militar**

Para a melhor compreensão dos produtos jornalísticos analisados, faz-se necessário uma breve contextualização histórica e informativa das emissoras, bem como dos telejornais tomados aqui como objeto deste trabalho.

Pertencente à família Marinho, a *TV Globo*, parte integrante do *Grupo Globo*, nasceu em 1965, durante o regime militar (1964-1985). Atualmente, a emissora chega a 5.480 municípios brasileiros, atingindo uma população de 210.962.705, equivalente a 99,43%<sup>4</sup>. O lançamento da emissora teve origem em um acordo firmado por Roberto Marinho com a empresa norte-americana *Time Life*, em 1962. A partir do investimento feito pela empresa, a estação televisiva foi ao ar.

A emissora enfrentou críticas quanto à associação, uma vez que o artigo 160 da Constituição da época não permitia o investimento de grupos estrangeiros e interferência em meios de comunicação.

Conforme Fabbri Júnior (2019), graças à parceria com a *Time Life*, a *Rede Globo* consegue se firmar no mercado, sendo um diferencial e, posteriormente, com a estrutura que conseguiu montar, leva ao ar, em 1969, o primeiro Jornal em rede: o *Jornal Nacional*.

Desde que foi criada, a *TV Globo* esteve presente em diferentes momentos históricos do País. Por diversas vezes, até os dias de hoje, a emissora sofreu acusações

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://negocios8.redeglobo.com.br/paginas/brasil.aspx>. Acesso em 30 out. 2021



de envolvimento político em determinados episódios. Segundo Avelar (1992), a *Rede Globo* se esmerou para não contrariar os militares, censurando, portanto, os seus próprios espectadores. A autora conclui ainda:

A censura durante o regime militar encontrou na televisão a sua via natural. Particularmente na *Rede Globo*, as vantagens obtidas politicamente somaram-se às decisões comerciais e técnicas, produzindo um canal de televisão altamente sofisticado, do ponto de vista do equipamento básico de produção, e de larga penetração em toda a extensão territorial (AVELAR, 1992, *online*).

Outro momento em que a emissora foi alvo de críticas, as eleições de 1989, foram marcadas pela edição desequilibrada de um dos debates presidenciais que ocorreu naquele ano, entre Lula e Fernando Collor. Nas vésperas do encontro, os dois candidatos estavam tecnicamente empatados. Posteriormente, a *TV Globo* selecionou partes do debate, em um resumo, que discursivamente favoreciam a Collor, conforme ressalta Lima (1994).

Esses apontamentos, entre outros, ecoam no jornalismo produzido nos dias de hoje pela *TV Globo*. Transmitido diariamente no horário nobre, o *Jornal Nacional* é o principal telejornal da grade de programação da emissora, sendo líder de audiência. Segundo dados consolidados do Kantar Ibope Media<sup>5</sup>, referentes ao período de 18 a 24 de outubro de 2021, o *Jornal Nacional* é o noticiário televisivo mais assistido pela população brasileira. Atualmente, é apresentado por William Bonner e Renata Vasconcelos.

### **Record TV e a relação com a Igreja Universal**

A *Record TV*, por sua vez, foi fundada em 1953 por iniciativa do empresário Paulo Machado de Carvalho (1901-1992), na cidade de São Paulo. Após passar por alguns anos de crise, a emissora foi adquirida, em 1989, pelo bispo Edir Macedo, líder e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A instituição religiosa assumiu o controle da emissora, com uma estrutura que permitiu a amplificação de sua mensagem, em busca de voz e voto nas instituições políticas (ROTHBERG, 2012).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-18-10-a-24-10-2021/>. Acesso em 30 out. 2021



Ainda segundo Rothberg (2012), o processo de compra da emissora pela igreja enfrentou complicações legais, devido a sua origem:

Ação Civil Pública proposta pela Procuradoria da República em São Paulo em 1999 considerou a compra da *Rede Record* inconstitucional, já que Edir Macedo não teria recursos financeiros suficientes para arcar com a compra e a verdadeira proprietária seria a pessoa jurídica da Igreja Universal, contrariando artigo constitucional segundo o qual apenas pessoas físicas podem ser proprietárias de concessões de TV (ROTHBERG, 2012, online).

Ao longo dos anos, a instituição religiosa esteve em meio a acusações de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. A relação indissociável construída entre a igreja e a *Record TV* fazem com que exista a ligação, por parte das investigações, de utilização da emissora como ferramenta para os atos ilícitos. Segundo Dantas (2011), devido à visibilidade adquirida por meio da associação, setores da sociedade começaram a fiscalizar a atuação da igreja no cenário religioso nacional, pressionando autoridades a tomar medidas contra irregularidades.

Em um processo de internacionalização, controvérsias associadas à *Record TV* em outros países também são recorrentes. Em reportagem da *BBC News Brasil* publicada em junho de 2021<sup>6</sup>, são mencionados indícios de crimes fiscais praticados pela Igreja Universal em Angola. Os investigados têm ligação com a *Record TV* e, segundo o texto, o esquema de lavagem de dinheiro envolvia o braço da emissora no país africano.

A partir de um plano de hegemonia, a IURD passou a trabalhar a identidade secular, ou seja, a linguagem pública, de seu discurso, com o objetivo de ocupar espaços em diferentes setores da sociedade, especialmente na política (CAMURÇA, 2020). A eleição do então bispo licenciado Marcelo Crivella para a prefeitura do Rio de Janeiro, é o principal exemplo neste sentido. Segundo Almeida (2017), a eleição foi percebida para muitos como um passo importante para a expansão do fundamentalismo religioso no Brasil.

Durante sua gestão, Crivella teve a trajetória como prefeito marcada por uma série de controvérsias em que prevalecia a suspeita de intromissão de interesses religiosos e particulares da igreja na administração da “coisa pública” (CAMURÇA, 2020). Tais fatos são relevantes para a discussão que será apresentada ao longo deste trabalho.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57381793>. Acesso em 31 out. 2021



Atualmente, a *Record TV* possui cobertura de 5.002 municípios brasileiros, atingindo uma população de 205.251.76, equivalente a 96,74%<sup>7</sup> do território nacional. O telejornal a ser analisado é *Jornal da Record*, principal noticiário da emissora. O telejornal foi ao ar pela primeira vez em 1972 e atualmente possui uma média de 60 minutos de duração em cada edição.

### **Análise – *Jornal Nacional***

A íntegra da edição do *Jornal Nacional* de 11 de setembro de 2020 possui 59 minutos de duração, divididos em quatro blocos. Durante a escalada, os âncoras William Bonner e Renata Vasconcelos destacam as principais notícias presentes na edição. Ambos os apresentadores dividem a chamada de reportagem sobre o caso de corrupção envolvendo o prefeito Marcelo Crivella.

Durante a narração, são exibidas dois *takes* do prefeito Marcelo Crivella, em entrevistas coletivas. Nesse caso, chama a atenção a escolha das ilustrações que foram utilizadas. A primeira imagem mostra o prefeito distraído e desatento, olhando para o lado, e a segunda mostra uma expressão facial de desagrado, que em seguida se traduz em uma posição corporal cabisbaixa.

**Figura 1:** Crivella aparece distraído



**Fonte:** captura de tela feita pelos autores.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://comercial.recordtv.com.br/atlas-de-cobertura/resumo/>. Acesso em 1º nov. 2021



**Figura 2:** Crivella demonstra insatisfação

**Fonte:** captura de tela feita pelos autores.

Conforme indica Rezende (2000), a mensagem televisiva multidimensional e multissensorial tender a atuar com mais intensidade sobre o receptor, repercutindo quase que diretamente em sua afetividade, sem passar pelo intelecto. Em adição ao texto lido pelos apresentadores, a combinação dos recursos visuais, como é o caso da expressão facial que é mostrada no trecho dessa chamada, produz no telespectador uma representação de fraqueza e vulnerabilidade do envolvido.

Nesta edição do telejornal, o terceiro bloco é o maior, com 25 minutos de duração. Logo depois da reportagem que abre o bloco, sobre corrupção com o então governador do Rio de Janeiro em exercício, Cláudio Castro, é anunciada a reportagem que trata sobre o caso de corrupção na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. A cabeça da matéria, texto lido antes de cada reportagem, é enunciada pela apresentadora Renata Vasconcelos: “Investigações do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, com base em documentos e troca de mensagens, colocam o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, como suspeito de protagonizar um esquema de corrupção na prefeitura”.

A reportagem possui cinco minutos e 32 segundos<sup>8</sup> e se inicia com a locução em *off* do repórter Pedro Bassan, que destaca a participação de Rafael Alves<sup>9</sup> no esquema de corrupção na prefeitura do Rio de Janeiro, onde supostamente atuava como a “figura

<sup>8</sup> O tempo de duração dessa matéria é superior ao usual em reportagens do *Jornal Nacional*, cuja média é de um minuto e meio a dois minutos. Outro ponto a ser ressaltado é a inserção da matéria no 3º bloco do telejornal, geralmente usado para os casos de política, pois demonstra o interesse da *Globo* pela reportagem, uma vez que durante este segmento há um pico de audiência.

<sup>9</sup> O empresário Rafael Alves foi apontado como braço direito de Crivella e chefe de um esquema de corrupção na Prefeitura do Rio, conhecido como “QG da Propina”.

mais influente” na gestão do prefeito Marcelo Crivella, mesmo sem exercer cargo público. Em destaque, a primeira imagem a ser exibida durante a matéria é uma foto de Rafael abraçado a Marcelo Crivella.

**Figura 3:** Relação entre Crivella e Rafael Alves



**Fonte:** captura de tela feita pelos autores.

O texto e imagens pontuam, a todo momento, a ligação entre Rafael Alves e o prefeito Marcelo Crivella. Para sustentar os argumentos apresentados, são exibidos documentos do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), que citam o caso como um “gigantesco esquema de corrupção, peculato, fraude a licitação e lavagem de dinheiro”. Em seguida, é dado destaque ao trecho do parecer do MP-RJ que revela o entendimento de que o prefeito possui ativa participação no esquema. Nesse momento, o repórter evidencia o fato ao narrar o texto exibido.

A matéria narra um episódio ocorrido seis meses antes, que indicaria a ligação entre os envolvidos. Durante uma busca policial na casa de Rafael Alves, o celular do envolvido, já apreendido, recebe uma ligação do prefeito Marcelo Crivella. As imagens, gravadas pela Polícia Civil, mostram que o identificador de chamadas do aparelho exibia nome do prefeito.

No *off*, o repórter Pedro Bassan prolonga a pronúncia de algumas das palavras, como “efetiva” e “participação”, ao se referir ao envolvimento de Crivella. Esse recurso acaba soando como um artifício para dar maior ênfase à condição de “estranheza”



promovida pela situação inusitada. Junto à imagem, é exibida a transcrição da fala do prefeito ao telefone, quando este pensava estar conversando com Rafael Alves.

O que vem a seguir na matéria é a inserção de uma passagem<sup>10</sup> do repórter Pedro Bassan, na qual ele relata, novamente, os indícios que ligam o prefeito Marcelo Crivella a Rafael Alves. O texto da passagem é o seguinte: “Em um dos aparelhos apreendidos, havia 1.949 mensagens trocadas entre o prefeito e Rafael Alves. Segundo as autoridades, muitas continham linguagem cifrada, tentando ocultar o conteúdo das conversas.

A informação levada a público por meio dessa passagem é a mais importante da reportagem, motivo pelo qual foi enunciada nesse formato.

No sentido de corroborar o entendimento do MP-RJ, a reportagem traz novos indícios, por meio de personagens. É abordada, em tom de revelação, a delação premiada do doleiro Sergio Mizhary, que afirmou que as operações de lavagem de dinheiro tinham como um dos destinatários o prefeito Marcelo Crivella. Em seguida, são exibidas trocas de mensagens entre Rafael Alves e o doleiro, nas quais eles conversam sobre uma dívida atrasada, indicando que “a situação seria um ‘vacilo’ e que era ‘parada’ para o Zero Um.” Esse trecho da mensagem é exibido em destaque, por meio de uma captura de tela do documento.

A reportagem entrega que o entendimento do MP-RJ é de que a expressão “Zero Um” é utilizada nas mensagens em uma “expressa alusão ao atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella”. A exemplo das mensagens, o trecho do parecer também é destacado durante a fala do repórter em forma de arte.

Em outra troca de mensagens, dessa vez entre Rafael Alves e o assessor de Marcelo Crivella, Marcelo Faulhaber, a reportagem demonstra pontos de vulnerabilidade estabelecidos na relação entre o prefeito e Rafael, pontuando a constante insatisfação do subordinado com o papel que ocupava nos bastidores.

É exibido o trecho na qual Alves afirma que após um possível rompimento com o prefeito, “seria capaz de revelar às autoridades todos os esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro que ocorrem no governo e a direta participação de Marcelo

---

<sup>10</sup> Passagem é o momento em que o repórter aparece na reportagem de televisão. Tem como finalidade apresentar informações sobre as quais não se tem imagem ou representa uma mudança de tempo ou local dos fatos reportados.



Crivella, sua família e a **igreja**". A palavra "igreja" aparece destacada em negrito no documento.

Como mostra o entendimento do MP-RJ, a palavra "igreja", nesse momento, refere-se claramente à "Igreja Universal do Reino de Deus".

Em seguida, o *off* atesta um trecho do documento do MP-RJ que traz a ligação de Marcelo Crivella com os crimes. O texto diz o seguinte: Tais incisivas afirmativas comprovam, sem sombra de dúvida, que Marcelo Crivella sempre soube das ilegalidades que ocorriam em sua gestão.

Ao fim da veiculação da reportagem, os apresentadores realizam a leitura de notas de defesa dos envolvidos no caso. O primeiro a ser citado durante este segmento é Marcelo Crivella, em que a defesa dele afirma que o prefeito "já havia posto à disposição sigilos bancário, telefônico e fiscal e que estranhou a operação de busca e apreensão em período eleitoral, que não existe denúncia formal e que não é réu em nenhuma ação".

Contendo três reportagens sobre fatos políticos, é possível identificar que o terceiro bloco reservou a maior parte de seu tempo para tratar do Rio de Janeiro, relacionando os crimes do governador e do prefeito.

A íntegra do *Jornal Nacional* de 12 de setembro de 2020 possui 44 minutos de duração, divididos em cinco blocos. A edição foi ao ar no sábado. No início, os apresentadores narram as chamadas das principais matérias, durante a escalada, como de costume. No segmento, Renata Vasconcelos e William Bonner apresentam a reportagem que será exibida, sobre o desdobramento do caso de corrupção na prefeitura do Rio de Janeiro. Para ilustrar o texto, são utilizadas as mesmas imagens da escalada da edição do dia anterior, que mostram o prefeito Marcelo Crivella distraído e contrariado: "O Ministério Público afirma que a Igreja Universal do Reino de Deus foi usada para lavar dinheiro desviado no esquema de corrupção da Prefeitura do Rio. O prefeito Marcelo Crivella nega as acusações".

Vale destacar que, durante a fala de que a igreja teria sido utilizada no esquema, uma imagem de Crivella assentindo com a cabeça é exibida. Durante o trecho em que diz que ele nega as acusações, não há imagem de Crivella. Novamente, o não verbal contribui com a construção do sentido que a emissora constrói para o fato e sua narrativa.



Por outro lado, dessa vez, chama a atenção a mudança na abordagem assumida no texto da escalada. Enquanto a chamada da matéria no dia anterior cita apenas o prefeito Marcelo Crivella, na edição do dia 12 de setembro o caso passa a apresentar, sob a ótica do *JN*, um destaque maior para o envolvimento da Igreja Universal do Reino de Deus no escândalo. O nome da instituição religiosa é citado antes de qualquer menção à Prefeitura do Rio ou ao prefeito, o que permite ao telespectador o entendimento de que a participação da IURD no caso tenha ocorrido com importância capital.

No início do quarto bloco, os apresentadores leem a cabeça da reportagem sobre o caso. A matéria possui 8 minutos e 11 segundos e é a maior da edição. Nota-se que, assim como na edição do dia anterior, a matéria sobre o caso possui um tempo de duração elevado para os padrões do telejornal.

O Ministério Público do Rio de Janeiro diz ter encontrado indícios de que a Igreja Universal do Reino de Deus foi usada para lavar dinheiro da corrupção na prefeitura de Marcelo Crivella, do Republicanos. Os investigadores citaram movimentações atípicas de quase R\$ 6 bilhões em um ano, nas contas da Universal.

Assim como na escalada, o texto direciona o protagonismo do envolvimento no caso para a Igreja Universal do Reino de Deus. Outro ponto que reforça essa visão é a menção à quantidade de dinheiro movimentado nas contas da igreja, algo que, até então, não havia sido revelado pelas reportagens.

Assim como na edição exibida um dia antes, o responsável pela reportagem sobre o caso é o repórter Pedro Bassan. Ele inicia a narração e a construção da matéria de maneira bem similar a anterior. Na narração em off é pontuado o envolvimento de Rafael Alves no esquema, com destaque para a relação de poder estabelecida por ele para com o prefeito Marcelo Crivella.

São lembradas conversas de Rafael com o assessor de Crivella, Marcelo Faulhaber, onde ele demonstra insatisfação com papel que desempenhava no governo. Sustentada pelos argumentos do MP-RJ, a matéria reafirma que Rafael revelou à Faulhaber que seria “capaz de revelar às autoridades todos os esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro que ocorrem no governo e a direta participação de Marcelo Crivella, sua família e a igreja”. Neste momento, é exibido trecho deste parecer, que inclui ainda menção nominal direta à Igreja Universal do Reino de Deus.



Novas mensagens também são apresentadas. Nelas, Rafael diz que, em caso de interferência com o irmão, destruiria “ele, igreja, família”. Destacadas em azul, as falas são exibidas durante a reportagem em uma arte.

Ao fazer a leitura das mensagens, o repórter utiliza de um tom teatral, como se estivesse interpretando as falas. É possível identificar durante a narração a prolongação de palavras como “igreja” e “família”, artifício utilizado para dar maior ênfase ao trecho. O desdobramento da investigação é retomado em seguida, com a exibição de trechos do documento que apontam como “revelações bombásticas” os indícios de vinculação do esquema à igreja presentes nas mensagens. São citadas bilionárias movimentações atípicas reveladas em relatório que analisou informações de CNPJs da IURD. Nesse momento, é exibida em destaque uma imagem de um templo da igreja no Rio de Janeiro.

Informações acerca das movimentações financeiras da igreja identificadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) são exibidas durante a narração. O texto da reportagem frisa que o fato de existirem movimentações atípicas não significa, necessariamente, a existência de crime. Porém, logo em seguida, destaca trecho do documento do MP-RJ que diz ser “verossímil concluir que a entidade religiosa está sendo utilizada como instrumento para lavagem de dinheiro fruto da endêmica corrupção instalada na alta cúpula da administração municipal.”

O trecho é lido na íntegra pelo repórter. Chama a atenção o fato de a reportagem apresentar um argumento em “defesa” dos envolvidos para, no instante seguinte, mostrar conclusões sólidas, baseadas em um objeto de investigação, que reforçam a ideia de culpa e existência de atos ilícitos. A leitura do trecho do MP funciona, aqui, como um discurso competente. A emissora recorre ao discurso de autoridade do órgão para construir sua narrativa, como é próprio do Jornalismo, a partir dos critérios de objetividade e equilíbrio noticiosos.

Após este segmento, a reportagem dá continuidade aos argumentos que ligam a igreja ao esquema, citando o envolvimento de Mauro Macedo e Macedo e Marcelo Crivella com a IURD. O texto afirma que Mauro é primo de Edir Macedo, fundador da instituição religiosa e que ele foi tesoureiro da campanha do prefeito Crivella em várias oportunidades.



Em seguida, a reportagem destaca que Marcelo Crivella é bispo licenciado da Igreja Universal. O repórter Pedro Bassan aparece nesse momento, em uma passagem. A passagem destaca, novamente, os argumentos que sustentam a ligação entre os envolvidos e a participação deles nos esquemas de corrupção. Como indício de reforço a essa tese, os telespectadores são levados a novos episódios. Ao passo em que exhibe uma imagem de Rafael, a reportagem afirma, sob argumento de “autoridades”, que ele atuou para impedir a demolição de parte da residência do senador Romário (Podemos).

Mensagens de Rafael para o prefeito Crivella são exibidas. Nos textos, ele fala sobre a possível demolição da residência e pede para que o prefeito “segure” a operação, sob o argumento de que o senador havia ligado e que ele era um “companheiro”. É então destacada a mensagem do prefeito em resposta ao pedido: “Claro, amigo. Me dá o endereço”. Todos esses trechos são citados pelo repórter de forma teatral, o que permite traduzir documentos formais e complexos para uma linguagem mais cotidiana, acessível ao grande público.

A interpretação do MP-RJ sobre o episódio é exibida logo em seguida. Segundo a investigação, Rafael conseguiu “convencer o prefeito Marcelo Crivella a rever um ato legítimo da administração municipal para atender interesses exclusivamente particulares.”

Em outra passagem, desta vez com o Sambódromo da Marquês de Sapucaí como fundo, o repórter Pedro Bassan diz: “Os documentos mostram que a influência de Rafael Alves levou o prefeito a interferir em um assunto com que Marcelo Crivella raramente se envolve: o Carnaval”. Neste momento, são trazidas à tona informações do histórico turbulento do prefeito com o carnaval carioca. A reportagem afirma que, durante os últimos quatro anos, a prefeitura diminuiu consideravelmente os repasses às escolas de samba.

Como contraponto, a reportagem mostra que as mensagens de Rafael Alves indicam que o prefeito interferiu nos resultados dos desfiles do ano de 2018. Em carta, Crivella diz que a prefeitura não teria nada a opor ao convite para que as últimas colocadas permanecessem no grupo de elite. Em resultado a isso, duas agremiações, Grande Rio e Império Serrano, não foram rebaixadas.

Em troca de mensagens com o doleiro Sergio Mizrahy, Rafael Alves envia uma foto do prefeito assinando o documento e comemora: “Todos viram que quem manda sou



eu e ponto”, “a caneta é minha, e não de A ou B, só minha”. As falas são exibidas em destaque.

Neste momento, fotos de Rafael e Crivella caminhando juntos são exibidas. Enquanto as imagens que indicam ligação entre os dois são mostradas, o repórter finaliza a reportagem dizendo:

Esse nível de influência exercido sobre o prefeito, por uma pessoa que nem sequer é funcionário público, levou a desembargadora Rosa Helena Guita, que cuida do caso, a dizer na decisão: “a subserviência do prefeito a Rafael Alves, é assustadora.”

O trecho da fala do entendimento da desembargadora é mostrado em destaque, como imagem de encerramento da reportagem. Após a matéria, já na bancada, é reservado o espaço para que os apresentadores leiam as falas de defesa dos envolvidos. A apresentadora Renata Vasconcelos destaca que o prefeito Crivella divulgou vídeos em sua defesa.

Editado, o trecho do vídeo de defesa exibido pelo *JN* ficou com cerca de 1 minuto e 20 segundos, o que significa 1/3 do vídeo original, conforme discutido mais à frente. Nele, Crivella está acompanhado de secretários da gestão municipal. Em sua fala, ele afirma com palavras contundentes a sua inocência, sob os argumentos de que não há delação de doleiros e contas no exterior.

Ao nomear alguns dos integrantes da equipe que estavam junto a ele, Crivella também diz ter “absoluta certeza de que as licitações foram conduzidas pelo sagrado interesse do povo.” Em sua defesa, o prefeito cita casos em que ele “lutou contra a corrupção” após assumir a gestão.

De volta ao estúdio, William Bonner diz que durante o vídeo publicado pelo prefeito, ele criticou a cobertura jornalística da *TV Globo* sobre o caso: “O prefeito Marcelo Crivella criticou a reportagem da Globo sobre as denúncias do Ministério Público Estadual e da Polícia Civil e afirmou que elas têm o objetivo de interferir no processo eleitoral.”

O trecho da fala do prefeito não foi exibido. Em resposta, a *TV Globo* disse na voz de William Bonner, o porta-voz da emissora, conforme discutido por Fabbri Júnior (2019). O trecho lido é o seguinte: “Em suas reportagens, a *Globo* foi absolutamente fiel ao que afirmaram os procuradores e aos documentos que embasaram a operação, sem nenhum outro objetivo senão o de informar o público”.



Tanto no comentário do apresentador sobre a fala do prefeito, quanto na resposta da *Globo*, é possível identificar que a emissora justifica, a todo momento, a produção das reportagens com base nos documentos de investigação das autoridades.

Publicado no perfil do *Facebook* de Marcelo Crivella, o vídeo na íntegra, em que ele apresenta seus argumentos de defesa possui 4 minutos e 24 segundos. Entretanto, os argumentos iniciais possuem uma abordagem “de ataque”, de crítica à cobertura da *TV Globo* sobre o caso. Logo nas primeiras falas, ele diz:

As edições do *RJTV* e do *Jornal Nacional* de ontem à noite mostram claramente a intenção de interferir no processo eleitoral. Eles dizem: “há informações de que o Ministério Público possui robustas provas de que o prefeito comanda um gigantesco esquema de corrupção na prefeitura”. Repare como é vaga essa afirmação. Qual promotor disse isso? Onde estão as provas?

Em seguida, o então prefeito Crivella ataca diretamente a família Marinho, proprietária das Organizações *Globo*: “(...) Aliás, quem tem delação de doleiro, de milhões de dólares, é a família Marinho, que é dona da *Rede Globo de Televisão*. (...) Quem são os meus acusadores? Apenas meras ilações da *Rede Globo de Televisão*.” Em outros trechos, ele continua com as provocações à emissora, antes de encerrar o vídeo:

Tendo em vista a interferência repugnante da *Globo* no processo eleitoral, agindo como partido de oposição, inconformada por não ter recebido os R\$ 150 milhões de publicidade que foi dado a ela no governo anterior. (...) Uma última coisa: reafirmo meu compromisso, de que se a *Globo* pagar os R\$ 33 milhões que deve em contas atrasadas à Prefeitura, colocarei todo esse recurso para melhor o sistema de saúde que eles tanto criticam.

Nota-se que a *TV Globo* optou por não exibir nenhuma das menções de Crivella à emissora, cortando os diversos trechos em que isso acontece e deixando apenas aqueles em que o prefeito tratava exclusivamente sobre seus argumentos de defesa.

A íntegra da edição de 14 de setembro de 2020 do *Jornal Nacional* possui 59 minutos e 58 segundos, divididos em quatro blocos. A edição foi ao ar na segunda-feira. No terceiro bloco, é feita a leitura de apenas uma nota de atualização sobre a investigação de corrupção envolvendo a gestão do prefeito Marcelo Crivella na prefeitura do Rio de Janeiro. Lida por ambos os apresentadores, a nota inicia tratando sobre o pedido de habeas corpus por parte da defesa do investigado, que critica reportagem da *Globo* e afirma que a operação foi ilegal e tem caráter eleitoral.



Esse desdobramento vai ao encontro dos ataques feitos por Crivella à *TV Globo* em vídeo publicado por ele em suas redes sociais, no qual afirmava que a cobertura da emissora possuía objetivos escusos, com o objetivo de interferir no processo eleitoral. A nota diz:

Os procuradores afirmam ainda – “Os fatos e argumentos narrados no requerimento cautelar são de extrema gravidade e encontram amparo em farto suporte probatório, sendo inegável o interesse público de que as informações, até então coletadas nos autos sejam submetidas ao conhecimento de cada cidadão.”

Na cobertura deste caso, é possível identificar que a *TV Globo* manteve a postura da edição anterior. Não exibiu detalhes de trechos das falas da defesa de Marcelo Crivella presentes no habeas corpus por opção editorial. Além disso, baseou os argumentos de justificativa de sua cobertura jornalística no entendimento dos investigadores envolvidos na operação. Nota-se que essa característica fica ainda mais evidente uma vez que texto cita nominalmente o Ministério Público do Estado, o relator do HC e Procuradores do caso.

#### **Análise – *Jornal da Record***

Com 59 minutos de duração, a edição de 11 de setembro de 2020 do *Jornal da Record* é dividida em três blocos. A edição foi ao ar na sexta-feira. Na abertura, é exibida uma matéria sobre a atividade clandestina de serviços de transporte em aeroportos. Em seguida, é feita a escalada dos destaques da edição. Entre os temas, está a prisão de chefes do tráfico de drogas no Brasil e no Paraguai, operação contra corrupção envolvendo o Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro e o depoimento do presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre interferência na Polícia Federal.

São exibidas matérias envolvendo ocorrências policiais, reabertura de agências do INSS, atualizações sobre a situação da pandemia de Covid-19 no Brasil, bem como de testes da vacina contra a doença. Todos esses temas também foram tratados pelo *Jornal Nacional*, com exceção dos transportes clandestinos em aeroportos. Em seguida, inicia uma reportagem sobre a prisão do Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Pedro Fernandes, em investigação de corrupção no governo. Com base em informações do MP-RJ, a matéria afirma que o envolvido teria cometido irregularidades na gestão da Fundação Leão XIII, que atua como braço social do governo estadual.



A reportagem chama a atenção para trechos do documento que expõem as denúncias, e aponta para valores de contratos e desvios durante o período em que os ex-governadores Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão estavam no cargo. Cita ainda o envolvimento da ex-deputada federal, Cristiane Brasil no esquema, apontando que as ações dela teriam ocorrido no período em que atuava na gestão municipal, na época em que Eduardo Paes era prefeito da cidade.

Irregularidades na prefeitura de Cruzeiro do Sul, no Acre, são tema da matéria exibida em seguida. São detalhados desdobramentos da operação de investigação, que culminou na prisão dos envolvidos. Ao longo do bloco, são abordados assuntos internacionais e de âmbito federal. Durante um segmento intitulado “Eleições 2020 – O Voto na Record”, o telespectador é informado sobre a oficialização da candidatura de Márcio França à prefeitura de São Paulo. Neste momento, percebe-se que as eleições daquele ano já estão sendo pautadas oficialmente no telejornal.

No último bloco, são exibidos temas variados e o segmento de previsão do tempo. A edição finaliza com uma matéria de temática leve, sobre um coral no Rio Grande do Sul. Não há menção ao longo do noticiário às denúncias envolvendo o ex-prefeito do Rio, Marcelo Crivella.

Isso pode ser considerado como uma forma de silenciamento por parte do telejornal, fato que pode ser visto pelo telespectador crítico como uma ação deliberada, conforme indica Orlandi (2007) ao dizer que o equívoco e a incompletude podem ser vistos não como meros acidentes da linguagem, mas como o cerne de seu funcionamento.

Publicado no canal oficial da *Record TV* no *Youtube*<sup>11</sup>, o vídeo da edição do telejornal permite a interação de usuários da plataforma, o que não acontece com a Rede Globo, que não permite a exibição dos vídeos no site. Na página da emissora, não há possibilidade de interação dos internautas.

Durante a produção desta análise, foi possível identificar a existência de comentários de espectadores questionando a ausência de material sobre o episódio de corrupção na prefeitura do Rio de Janeiro.

---

<sup>11</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=MUzHYUb10xo&ab\\_channel=JornaldaRecord](https://www.youtube.com/watch?v=MUzHYUb10xo&ab_channel=JornaldaRecord) . Acesso em 02 nov. 2021



Com uma hora e três minutos de duração, a edição de 12 de setembro de 2020 do *Jornal da Record* é dividida em três blocos. A edição foi ao ar no sábado. A matéria que abre o telejornal alerta sobre o perigo de afogamento em praias e balneários. Na escalada, são destacadas matérias sobre a pandemia de Covid-19, estudos sobre a vacina e ocorrências policiais.

Durante o primeiro bloco, são abordados temas como a inadimplência durante a pandemia, situação de empresas em meio à crise e outros assuntos envolvendo a conjuntura causada pela Covid-19.

No segmento “Eleições 2020” são abordadas homologações de quatro partidos políticos para candidaturas à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo da edição, o único outro momento onde a editoria de política brasileira é citada trata de uma matéria envolvendo o encontro do presidente Jair Bolsonaro com ministros e deputados.

Assim como na edição do dia anterior, o telejornal encerra com uma matéria de temática leve, sem fazer menção ao caso envolvendo corrupção na gestão da cidade do Rio de Janeiro.

Com uma hora e oito minutos de duração, a edição de 14 de setembro de 2020 do *Jornal da Record* é dividida em três blocos. A edição foi ao ar na segunda-feira. O noticiário abre com uma matéria sobre uma operação do Ministério Público de São Paulo que culminou na prisão de um líder de facção criminosa. Na escalada, são destacadas matérias sobre testes da vacina contra Covid-19, denúncia da Operação Lava-Jato contra o ex-presidente Lula e incêndios no Pantanal e nos Estados Unidos.

Ainda no primeiro bloco, é feita chamada para matéria sobre denúncia do Ministério Público Federal contra o então governador afastado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, sob acusações de desvio de dinheiro na área da saúde. A reportagem exibida chama a atenção para a presença de um “novo elemento”, a participação do então ex-prefeito Eduardo Paes. O apresentador destaca que “Paes e o candidato a vice dele para as eleições de novembro foram fotografados com José Carlos de Melo”. Em delação, Melo foi apontado como intermediário de contratos no governo que envolveriam propina.

A matéria abre com uma fotografia de Eduardo Paes dentro de um veículo. A narração em *off* aponta que se trata do “atual candidato” à prefeitura do Rio a caminho



do encontro com o envolvido no esquema de corrupção. O texto informa que as fotos constam nas investigações que apuram os desvios.

Entretanto, logo em seguida, durante uma passagem da repórter Priscila Tovic, é dito que Paes não é investigado pela operação, sendo resgatados, na verdade, indícios de envolvimento do político em atos ilícitos no passado. Pode ser identificada, aqui, uma contradição na construção da reportagem e uma tentativa de indução ao telespectador.

Embora Eduardo Paes não seja alvo desse processo, ele já é réu por lavagem de dinheiro, corrupção passiva e falsidade ideológica eleitoral. Pela denúncia do Ministério Público Federal, o ex-prefeito do Rio teria recebido mais de R\$ 10 milhões do Departamento de Propina da Odebrecht para a campanha de 2012 e, agora, ainda pode responder por evasão de divisas.

No terceiro bloco, é anunciada uma matéria especial intitulada “O lado oculto do Império”. A reportagem trata sobre a delação premiada do doleiro Dario Messer, que é réu na Operação Lava-Jato e teria revelado uma ligação estreita com a Família Marinho, proprietária da *Rede Globo*. O texto da chamada diz: “O doleiro dos doleiros relevou um esquema clandestino de repasse de dinheiro vivo que ultrapassaria R\$ 1,5 milhão, e essa não foi a primeira vez que os donos do Grupo *Globo* foram delatados à Justiça”.

Durante a matéria de aproximadamente oito minutos de duração, são abordadas supostas movimentações financeiras ilegais envolvendo a família Marinho. Como argumentos, são utilizadas as delações premiadas do doleiro. Segundo a reportagem, Dario Messer é um “velho aliado da família Marinho” e esteve envolvido em outros casos de corrupção na gestão do governo estadual de Sérgio Cabral.

O texto classifica os atos como uma “operação clandestina”, ao dizer que o doleiro entregava dólares na sede da emissora carioca, quantias que posteriormente chegariam às mãos dos membros da família. Ao falar em possível “sonegação fiscal” por parte do Grupo *Globo*, a matéria encerra com uma música de suspense. A reportagem integra uma série especial sobre o tema, com outras três matérias exibidas ao longo daquela semana, que não serão aqui analisadas, por estarem fora do recorte temporal em que este trabalho se baseia.

A edição não faz menção às denúncias do MP-RJ sobre o esquema de corrupção na prefeitura do Rio. Publicado no *Youtube*, o vídeo da íntegra do telejornal desta vez



tem a aba de comentários desativada, não permitindo a interação de espectadores neste sentido.

### Considerações Finais

A televisão é o meio utilizado diariamente por milhões de cidadãos brasileiros para se buscar informação. Ao considerar que os telejornais do País atuam como produtores de sentido, espera-se que os mesmos possam cumprir o papel de informar e contextualizar, de forma plena, sobre os acontecimentos relevantes à sociedade. Ao investigar a cobertura do caso de corrupção na cidade do Rio de Janeiro, por meio do recorte das edições do *Jornal Nacional*, da *TV Globo*, e *Jornal da Record*, da *Record TV*, foi possível identificar que as emissoras se distanciaram e assumiram abordagens distintas.

Existe a constatação de que o *Jornal Nacional* dedicou um espaço considerável de tempo para as matérias sobre o caso. Nas reportagens, foram utilizados documentos divulgados pelos responsáveis pela investigação como fonte de argumentos. A todo momento, as conexões entre Crivella e os envolvidos nos esquemas são reforçadas por meio de recursos do telejornalismo, como a inserção de imagens e artes.

A participação da IURD ganha destaque na abordagem construída pelo *Jornal Nacional*, na qual, em um dado momento, a igreja é colocada no centro da notícia, em lugar de protagonismo. Desse modo, o pensamento do telespectador é direcionado para o entendimento de que a instituição religiosa possui papel capital no funcionamento do esquema. Além disso, as acusações de Crivella contra a *TV Globo* são subtraídas na edição do telejornal, fato que evidencia a existência de escolha deliberada do que mostrar e do que não mostrar.

Por outro lado, no *Jornal da Record* não há qualquer menção ao caso analisado. O telejornal aborda, durante as edições, temas variados e de interesse público, mas deixa de informar sobre um acontecimento relevante para a sociedade. Um fato que torna esse problema expressivo é a existência de matérias acerca da corrupção no governo do Estado do Rio de Janeiro, enquanto o episódio de investigação contra o ex-prefeito é ignorado. O silenciamento identificado no *Jornal da Record* ganha ainda mais corpo ao passo em que matérias com narrativas contra o então candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro e adversário de Marcelo Crivella, Eduardo Paes, são exibidas.



O processo de reflexão produzido por meio dessa análise revela a importância da leitura crítica dos produtos midiáticos por parte de profissionais da comunicação, estudantes e telespectadores em geral. A partir da identificação de diferentes elementos de conteúdo e da narrativa jornalística, é possível enxergar com mais clareza os enquadramentos e recortes existentes nos telejornais e, dessa forma, construir um debate sobre visões distintas de um mesmo fato. Além disso, percebe-se como as relações históricas, de fundo político e econômico, influenciam as coberturas de ambas as emissoras, inclusive, promovendo uma inversão de alguns valores jornalísticos básicos, como a relevância. No caso do *Jornal da Record*, por exemplo, esse aspecto foi negligenciado, em nome da relação de Crivella e a igreja.

Os sentidos completamente opostos assumidos pelos telejornais durante a cobertura jogam luz às reais motivações por trás das abordagens explicitadas ao longo deste trabalho. Pode-se observar que critérios inerentes à prática jornalística foram deixados de lado, dando lugar a equívocos e revelando interesses político-econômicos por parte de ambas as emissoras.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ronaldo. (2017), A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, p. 1-27, 2017.
- AVELAR, Lúcia. As eleições na era da televisão. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, p. 42-57, set./out. 1992.
- BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal**: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil. São Paulo: E-papers, 2005.
- CAMURÇA, Marcelo. Igreja Universal do Reino de Deus: entre o “plano de poder” e a lógica de minoria perseguida. **Religião & Sociedade**, v. 40, n. 1, 2020.
- DANTAS, J. G. A Atuação da Igreja Universal do Reino de Deus na programação televisiva nacional. **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo. v. 46, n. 01, p. 02-07, 2011.
- FABBRI JUNIOR, Duílio. **"Nós fizemos uma eleição...": regularidades e memórias de erros pela lente da Rede Globo**. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- LIMA, Venício A. de. Televisão e poder: a hipótese do cenário de representação da política, CR-P., **Comunicação & Política**, v.1, n.1, p. 5-22, ago./nov.1994.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento de sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

REZENDE, Guilherme Jorge. **Telejornalismo no Brasil, um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

ROTHBERG, Danilo. Religião, política e eleições na *Folha Universal*. **Intexto**. Porto Alegre, UFRGS, n.27, p. 20-37, dez. 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.

VIZEU, Alfredo. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Famecos**, v. 16, n. 40, Porto Alegre, 2009.

